

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	24

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	49
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	50

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	192.172.858.255
Preferenciais	0
Total	192.172.858.255
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	1.512.152	1.426.340
1.01	Ativo Circulante	378.935	288.355
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.627	16.587
1.01.02	Aplicações Financeiras	286.539	219.582
1.01.03	Contas a Receber	37.105	37.462
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	37.105	37.462
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.166	4.328
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.166	4.328
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.096	2.561
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	19.402	7.835
1.01.08.03	Outros	19.402	7.835
1.02	Ativo Não Circulante	1.133.217	1.137.985
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	55.165	65.406
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	55.165	65.406
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	50.743	61.175
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	4.422	4.231
1.02.03	Imobilizado	79.296	77.177
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	35.497	29.033
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	43.799	48.144
1.02.04	Intangível	998.756	995.402
1.02.04.01	Intangíveis	998.756	995.402
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	998.756	995.402

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	1.512.152	1.426.340
2.01	Passivo Circulante	148.867	88.681
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.875	4.943
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.875	4.943
2.01.02	Fornecedores	42.736	30.902
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	42.736	30.902
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.899	4.973
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.709	2.697
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.190	2.276
2.01.05	Outras Obrigações	9.435	10.378
2.01.05.02	Outros	9.435	10.378
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	568	575
2.01.05.02.05	Outros Passivos	1.680	2.990
2.01.05.02.06	Arrendamento	7.187	6.813
2.01.06	Provisões	80.922	37.485
2.01.06.02	Outras Provisões	80.922	37.485
2.01.06.02.05	Provisões para Manutenção em Rodovias	80.922	37.485
2.02	Passivo Não Circulante	577.730	579.094
2.02.02	Outras Obrigações	38.006	41.696
2.02.02.02	Outros	38.006	41.696
2.02.02.02.05	Arrendamento	38.006	41.696
2.02.04	Provisões	539.724	537.398
2.02.04.02	Outras Provisões	539.724	537.398
2.02.04.02.04	Provisão para Demandas Judiciais	306.472	294.296
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	10.504	10.176
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	222.748	232.926
2.03	Patrimônio Líquido	785.555	758.565
2.03.01	Capital Social Realizado	1.921.729	1.921.729
2.03.02	Reservas de Capital	332.058	332.058
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.468.232	-1.495.222

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	115.196	227.944	118.750	235.507
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-96.210	-179.406	-91.625	-193.465
3.03	Resultado Bruto	18.986	48.538	27.125	42.042
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-27.033	-37.307	-12.798	-18.526
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.559	-23.864	-3.963	-9.473
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-11.559	-23.864	-3.963	-9.473
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-15.474	-13.443	-8.835	-9.053
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-8.047	11.231	14.327	23.516
3.06	Resultado Financeiro	32.984	41.851	3.993	1.128.365
3.06.01	Receitas Financeiras	38.871	50.649	10.497	1.229.265
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.887	-8.798	-6.504	-100.900
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	24.937	53.082	18.320	1.151.881
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.809	-26.092	-4.393	-4.393
3.08.01	Corrente	-11.809	-26.092	-4.393	-4.393
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.128	26.990	13.927	1.147.488
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	13.128	26.990	13.927	1.147.488
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00007	0,00014	0,00011	0,00601

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	13.128	26.990	13.927	1.147.488
4.03	Resultado Abrangente do Período	13.128	26.990	13.927	1.147.488

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	98.298	91.176
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	103.557	106.464
6.01.01.01	Prejuízo/Lucro do Período	26.990	1.147.488
6.01.01.03	Depreciação e amortização	28.106	20.794
6.01.01.04	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	-23.035	2.669
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	2.532	81.326
6.01.01.08	Rendimentos de aplicações financeiras	-15.303	-3.505
6.01.01.10	Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	176	0
6.01.01.12	Provisão para demandas judiciais	12.271	4.251
6.01.01.13	Provisão para manutenção em rodovias	71.492	62.321
6.01.01.15	Atualização monetária sobre provisão para investimentos em rodovias	328	294
6.01.01.16	Ajuste a valor justo de instrumentos patrimoniais	0	-1.209.174
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.259	-15.288
6.01.02.01	Contas a Receber	356	139
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	-2.535	7.499
6.01.02.03	Outros Ativos	-11.758	-12.260
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	11.834	-6.133
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus variável	-6	8
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	26.090	4.358
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	-68	193
6.01.02.08	Provisão para demandas judiciais - pagamentos	-15.198	-65
6.01.02.09	Outros Passivos	10.432	-1.918
6.01.02.10	Tributos a Recuperar	-1.304	-2.228
6.01.02.11	Provisão para manutenção em rodovias - pagamentos	-2.838	-4.881
6.01.02.12	Pagamento de contingências	-96	0
6.01.02.13	IR e CSLL pagos no período	-20.168	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-85.410	-22.293
6.02.01	Investimentos no ativo imobilizado	-9.422	-24
6.02.02	Investimentos no ativo intangível	-24.334	-44.389
6.02.04	Aplicações financeiras	-51.654	-49.405
6.02.05	Resgate de aplicações financeiras	0	71.525
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.848	0
6.03.01	Arrendamento - Pagamento do principal e juros	-5.848	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.040	68.883
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.587	192.687
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23.627	261.570

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.921.729	332.058	0	-1.495.222	0	758.565
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.921.729	332.058	0	-1.495.222	0	758.565
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.990	0	26.990
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.990	0	26.990
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.921.729	332.058	0	-1.468.232	0	785.555

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-2.890.011	0	-2.586.433
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-2.890.011	0	-2.586.433
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.618.151	-49.405	0	0	0	1.568.746
5.04.01	Aumentos de Capital	1.618.151	0	0	0	0	1.618.151
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-49.405	0	0	0	-49.405
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.147.488	0	1.147.488
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.147.488	0	1.147.488
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	381.463	0	0	0	381.463
5.06.04	Integralização de instrumento patrimonial - Debêntures	0	381.463	0	0	0	381.463
5.07	Saldos Finais	1.921.729	332.058	0	-1.742.523	0	511.264

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	248.127	256.155
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	217.508	201.586
7.01.02	Outras Receitas	10.827	10.653
7.01.02.01	Receitas Acessórias	10.827	10.653
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	19.792	43.916
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-176.423	-191.317
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-148.253	-140.749
7.02.04	Outros	-28.170	-50.568
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-19.733	-43.723
7.02.04.02	Custo da Concessão	-3.422	-3.188
7.02.04.03	Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	-5.015	-3.657
7.03	Valor Adicionado Bruto	71.704	64.838
7.04	Retenções	-28.282	-20.794
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-28.282	-20.794
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	43.422	44.044
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	50.649	1.229.265
7.06.02	Receitas Financeiras	50.649	1.229.265
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	94.071	1.273.309
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	94.071	1.273.309
7.08.01	Pessoal	14.572	18.055
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.929	12.417
7.08.01.02	Benefícios	3.718	4.104
7.08.01.03	F.G.T.S.	925	1.534
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	46.611	23.581
7.08.02.01	Federais	35.494	13.174
7.08.02.03	Municipais	11.117	10.407
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.898	84.185
7.08.03.02	Aluguéis	5.882	2.151
7.08.03.03	Outras	16	82.034
7.08.03.03.01	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	16	82.034
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	26.990	1.147.488
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	26.990	1.147.488

Comentário do Desempenho



2T26

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br

Comentário do Desempenho



Divulgação de Resultados 2T26

14 de agosto de 2026 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Rodovias do Tietê"), que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2026. O período marca o primeiro semestre completo de operação após a implementação das principais medidas previstas no Plano de Recuperação Judicial. A sentença de encerramento da Recuperação Judicial, proferida em 28 de janeiro de 2026, transitou em julgado em 15 de maio de 2026.

Apresentação dos Resultados

As informações financeiras da Companhia relativas aos resultados do trimestre findo em 30 de junho de 2026 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC, e com as normas internacionais de relatório financeiro aplicáveis.

Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores / CFO

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

E-mail: ri@rodoviasdotiete.com.br www.rodoviasdotiete.com.br/ri

Comentário do Desempenho



Mensagem ao Investidor

Ao longo de 2025, a Rodovias do Tietê concluiu a implementação das principais medidas previstas no Plano de Recuperação Judicial, incluindo a reestruturação das debêntures emitidas pela Companhia. A conclusão dessas medidas culminou no encerramento definitivo da Recuperação Judicial, conforme sentença já transitada em julgado.

O segundo trimestre e o primeiro semestre de 2026 marcam, portanto, a consolidação de um novo ciclo de gestão e operação. Com a reestruturação financeira concluída, a Companhia passou a concentrar seus esforços na revisão de processos e contratos, no aprimoramento do modelo operacional e na evolução contínua de sua eficiência. A comparação com o primeiro semestre de 2025 deve ser analisada com cautela, pois o resultado daquele período foi impactado pelo ajuste a valor justo dos instrumentos financeiros reconhecido no âmbito da reestruturação financeira. Nesse contexto, indicadores como tráfego, receita líquida ex-construção e EBITDA ajustado permitem uma avaliação mais adequada da evolução operacional da Companhia, observadas as definições e reconciliações apresentadas neste release.

Destaques do Período

- Encerramento definitivo da Recuperação Judicial: trânsito em julgado da sentença em 15 de maio de 2026;
- Tráfego: crescimento de 2,9% no 2T26 e de 2,9% no 1S26;
- Receita líquida ex-construção: R\$ 108,8 milhões no 2T26, +9,7%, e R\$ 208,2 milhões no 1S26, +8,6%;
- EBITDA ajustado: R\$ 67,9 milhões no trimestre, +9,6%, com margem de 62,4%;
- Lucro líquido totalizou R\$ 13,1 milhões no 2T26, queda de 5,7% em relação ao 2T25. A margem líquida atingiu 11,4%, ante 11,7% no período comparativo;
- Geração de caixa operacional: R\$ 98,3 milhões no 1S26, crescimento de 7,8% em relação ao 1S25.

Comentário do Desempenho



Tráfego

Veículos

O fluxo de veículos manteve trajetória de crescimento no primeiro semestre de 2026, com alta de 2,9% frente ao mesmo período de 2025. No 2T26, o tráfego total avançou 2,9%, impulsionado principalmente pelo crescimento de 3,4% no segmento de veículos leves, enquanto os veículos pesados permaneceram relativamente estáveis.

Tráfego (milhares)	2T26	2T25	Δ %	1S26	1S25	Δ %
Leve	6.553	6.338	3,4%	12.859	12.469	3,1%
Pesado	1.385	1.376	0,7%	2.680	2.638	1,6%
FLUXO DE VEÍCULOS	7.938	7.714	2,9%	15.539	15.107	2,9%

Eixos Equivalentes

O volume de tráfego em eixos equivalentes aumentou 1,8% no segundo trimestre e 2,3% no semestre, em relação aos mesmos períodos do ano anterior. O segmento leve cresceu 3,5% no trimestre e 3,1% no semestre, enquanto o segmento pesado recuou 0,4% no trimestre e avançou 1,2% no semestre. No segmento pesado, o crescimento de 0,7% no número de veículos foi acompanhado pela redução de 0,4% nos eixos equivalentes, refletindo a menor quantidade média de eixos por veículo.

VEQ ('000)	2T26	2T25	Δ %	1S26	1S25	Δ %
Leve	7.828	7.566	3,5%	15.315	14.851	3,1%
Pesado	5.777	5.801	-0,4%	11.041	10.913	1,2%
VEQ TOTAL	13.606	13.367	1,8%	26.357	25.764	2,3%

Comentário do Desempenho

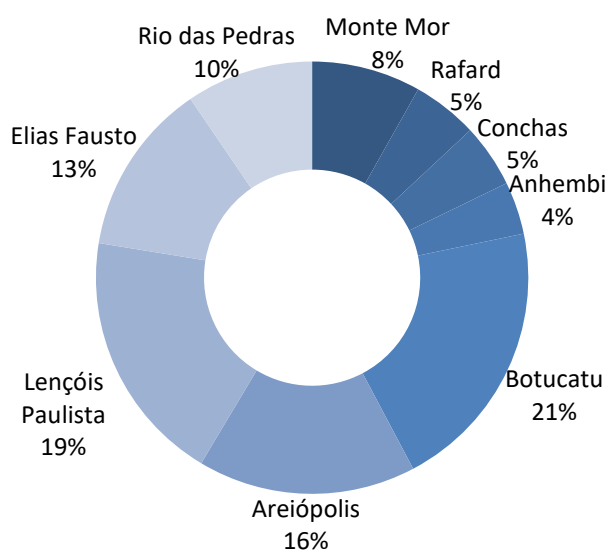


Tráfego

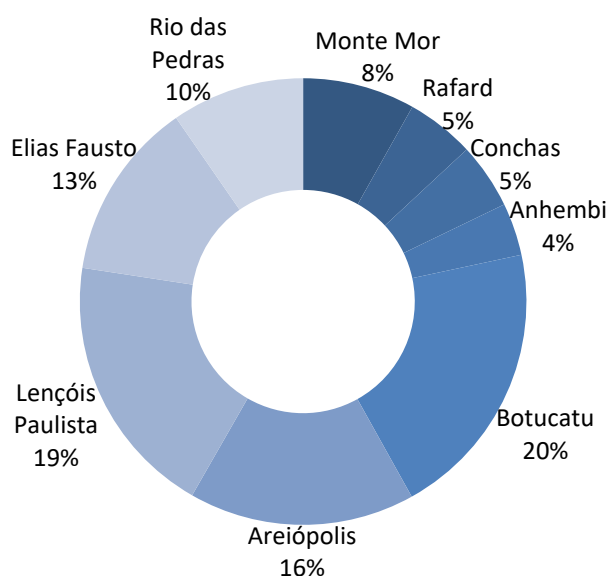
Tráfego por praça

Para fins de melhor entendimento, a malha rodoviária foi segmentada em dois blocos. O primeiro corresponde ao Corredor de Exportação, localizado na SP-300 e formado pelas praças de Lençóis Paulista, Areiópolis e Botucatu. O segundo reúne os corredores Municipal, Multissetorial e Industrial. No 2T26, o Corredor de Exportação concentrou aproximadamente 56% do tráfego total da Companhia, enquanto o segundo bloco respondeu pelos 44% restantes.

2T26



2T25



Os percentuais podem não totalizar 100% em razão de arredondamentos.

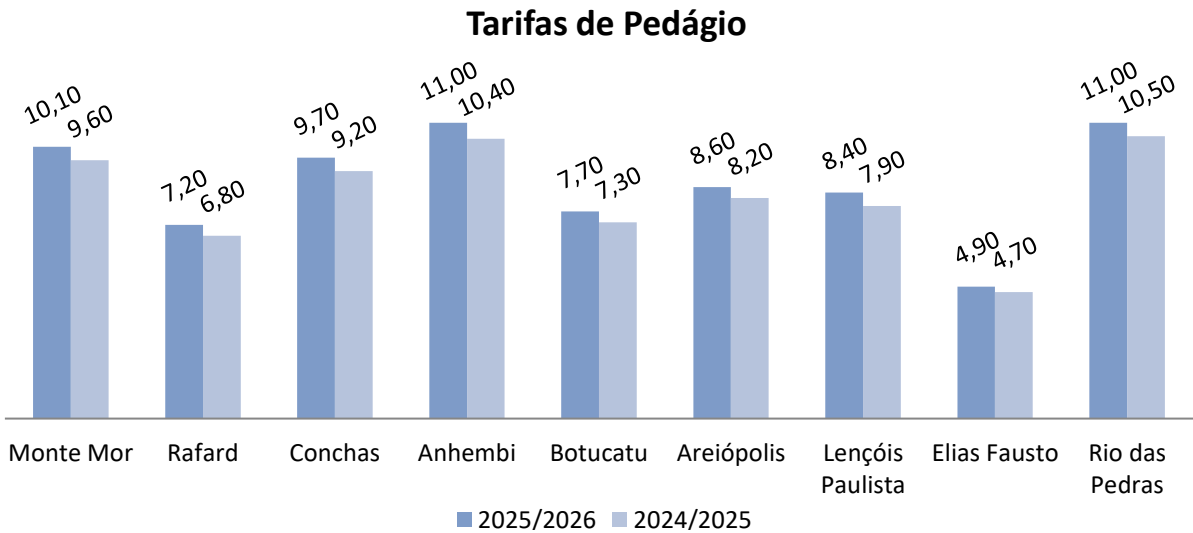
Comentário do Desempenho



Tráfego

Tarifas de Pedágio

A tarifa média aritmética das praças da Concessionária passou de R\$ 8,29 para R\$ 8,73 a partir de 1º de julho de 2025, incremento de 5,31%, conforme reajuste previsto no contrato de concessão.



Em 1º de julho de 2026, após o encerramento do trimestre, entrou em vigor o reajuste tarifário anual previsto no Contrato de Concessão. A média aritmética simples das tarifas das praças passou de R\$ 8,73 para R\$ 9,14, aumento de aproximadamente 4,7%. O reajuste não produziu efeito sobre a receita do 2T26 e passará a impactar os resultados a partir do 3T26.

Praça de pedágio	2026/2027	2025/2026	Variação
Monte Mor	10,60	10,10	5,0%
Rafard	7,50	7,20	4,2%
Conchas	10,20	9,70	5,2%
Anhembi	11,50	11,00	4,5%
Botucatu	8,00	7,70	3,9%
Areiópolis	9,00	8,60	4,7%
Lençóis Paulista	8,80	8,40	4,7%
Elias Fausto	5,20	4,90	6,1%
Rio das Pedras	11,50	11,00	4,5%
Tarifa Média	9,14	8,73	4,7%

Comentário do Desempenho



Receitas

Receita (R\$ '000)	2T26	2T25	Δ	1S26	1S25	Δ
Leves	65.719	60.139	9,3%	128.533	118.010	8,9%
Pesados	47.892	45.680	4,8%	91.498	85.853	6,6%
Abatimentos E Sobras	(1.311)	(1.155)	13,5%	(2.523)	(2.277)	10,8%
Receita Tarifária	112.300	104.664	7,3%	217.508	201.586	7,9%
Receitas Acessórias	6.480	3.864	67,7%	10.082	8.246	22,3%
Receitas De Construção	6.355	19.579	(67,5%)	19.792	43.916	(54,9%)
RECEITA BRUTA	125.135	128.107	(2,3%)	247.382	253.748	(2,5%)
Impostos Sobre A Receita	(9.939)	(9.357)	6,2%	(19.438)	(18.241)	6,6%
RECEITA LÍQUIDA	115.196	118.750	(3,0%)	227.944	235.507	(3,2%)
RECEITA LÍQUIDA (ex-Construção)	108.841	99.171	9,7%	208.152	191.591	8,6%

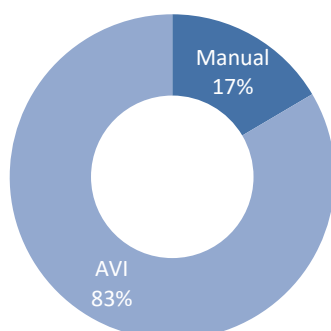
No 2T26, a Concessionária registrou receita tarifária de R\$ 112,3 milhões, crescimento de 7,3% em relação aos R\$ 104,7 milhões apurados no 2T25, refletindo a combinação da evolução de 1,8% do tráfego em eixos equivalentes com o efeito do reajuste tarifário vigente desde julho de 2025. As receitas acessórias totalizaram R\$ 6,5 milhões, alta de 67,7% na comparação anual. No 1S26 houve aumento da receita tarifária de 7,9%, alcançando R\$ 217,5 milhões e aumento de 22,3% das receitas acessórias, alcançando R\$ 10,1 milhões.

Após a dedução de R\$ 9,9 milhões referentes a ISS, PIS e COFINS, a receita líquida ex-construção atingiu R\$ 108,8 milhões no trimestre, crescimento de 9,7% em relação ao 2T25. No acumulado do semestre, a receita líquida ex-construção totalizou R\$ 208,2 milhões, aumento de 8,6% em comparação ao mesmo período de 2025.

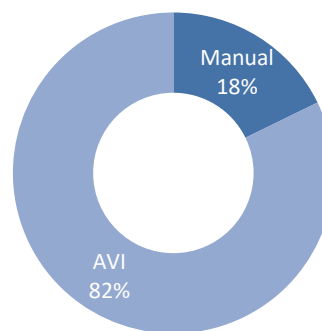
Adicionalmente, em atendimento ao ICPC 01 — Contratos de Concessão, a Companhia reconheceu R\$ 6,4 milhões de receita de construção no 2T26, contra R\$ 19,6 milhões no 2T25, acompanhada pelo reconhecimento dos respectivos custos de construção.

Formas de Pagamento

2T26



2T25



No 2T26, os pagamentos automáticos via AVI representaram 83% do total, avanço em relação aos 82% registrados no 2T25. A participação dos meios automáticos aumentou 1,0 p.p. em relação ao 2T25, mantendo-se como principal modalidade de pagamento nas praças de pedágio.

Comentário do Desempenho



Custos e Despesas

CUSTOS E DESPESAS (R\$ '000)	2T26	2T25	Δ %	1S26	1S25	Δ %
Conserva, Manutenção e Operação da Rodovia	(18.234)	(19.522)	(6,6%)	(29.498)	(40.255)	(26,7%)
Prestadores de serviços	(9.074)	(2.170)	318,2%	(22.580)	(4.754)	375,0%
Funcionários	(7.355)	(8.455)	(13,0%)	(14.572)	(18.055)	(19,3%)
Ônus variável da concessão	(1.786)	(1.658)	7,7%	(3.422)	(3.188)	7,3%
Outras receitas e despesas	(4.504)	(5.541)	(18,7%)	(6.184)	(6.904)	(10,4%)
Reembolso/(Despesas) de seguros	(2.299)	(3.837)	(40,1%)	(3.266)	(7.745)	(57,8%)
TOTAL CUSTOS INERENTES À OPERAÇÃO	(43.252)	(41.183)	5,0%	(79.522)	(80.901)	(1,7%)
Depreciação e Amortização	(12.395)	(10.443)	18,7%	(28.106)	(20.794)	35,2%
Constituição Provisão de Manutenção	(41.489)	(29.334)	41,4%	(71.492)	(62.321)	14,7%
Reversões/(Provisões) de Contingências	(15.732)	(4.024)	291,0%	(12.909)	(4.252)	203,6%
Custo com construção	(6.355)	(19.439)	(67,3%)	(19.733)	(43.723)	(54,9%)
Não Recorrentes	(4.020)	-	n.a.	(4.951)	-	n.a.
TOTAL CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(123.243)	(104.423)	18,0%	(216.713)	(211.991)	2,2%
TOTAL CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (EX. CONSTRUÇÃO)	(116.888)	(84.984)	37,5%	(196.980)	(168.268)	17,1%

Os custos inerentes à operação totalizaram R\$ 43,3 milhões no 2T26, aumento de 5,0% em relação aos R\$ 41,2 milhões registrados no 2T25. A principal pressão veio de prestadores de serviços, cujas despesas passaram de R\$ 2,2 milhões para R\$ 9,1 milhões, refletindo a retomada gradual da contratação de serviços especializados de apoio à conservação da rodovia e de consultorias necessárias às atividades operacionais e administrativas. No 1S26, os custos inerentes à operação totalizaram R\$ 79,5 milhões, redução de 1,7% em relação ao 1S25. No semestre, a linha de prestadores de serviços não inclui R\$ 4,9 milhões classificados como despesas não recorrentes.

A redução dos gastos diretamente classificados como conservação, manutenção e operação da rodovia, de R\$ 19,5 milhões para R\$ 18,2 milhões, deve ser analisada em conjunto com o aumento das despesas com prestadores de serviços, uma vez que parte das atividades passou a ser executada por meio de novos modelos de contratação, inclusive no âmbito do acordo operacional vigente. Nesse contexto, a Companhia está realizando uma revisão completa da base de prestadores e dos respectivos escopos contratuais, em busca de maior eficiência operacional e ganhos de escala. Também contribuíram para compensar o aumento das despesas com prestadores as reduções nos gastos com funcionários, de R\$ 8,5 milhões para R\$ 7,4 milhões, e com seguros e garantias, de R\$ 3,8 milhões para R\$ 2,3 milhões.

Considerando os demais efeitos, os custos e despesas operacionais, excluídos os custos de construção, totalizaram R\$ 116,9 milhões no 2T26, aumento de 37,5% em relação ao 2T25. A variação decorreu principalmente do maior reconhecimento de provisões para manutenção, de R\$ 29,3 milhões para R\$ 41,5 milhões, e de provisões para contingências, de R\$ 4,0 milhões para R\$ 15,7 milhões. Também foram reconhecidos R\$ 4,0 milhões em despesas classificadas pela Administração como não recorrentes. No 1S26, os custos e despesas operacionais, excluídos os custos de construção, totalizaram R\$ 197,0 milhões, aumento de 17,1% em relação ao 1S25.

Comentário do Desempenho



EBITDA

EBITDA (R\$ '000)	2T26	2T25	Δ %
RECEITA LÍQUIDA	115.196	118.750	(3,0%)
Receita de Construção	(6.355)	(19.579)	(67,5%)
RECEITA LÍQUIDA (ex construção)	108.841	99.171	9,7%
Custos Inerentes à Operação	(43.252)	(41.183)	5,0%
Demais Custos	(73.636)	(43.801)	68,1%
Custo com construção	(6.355)	(19.439)	(67,3%)
CUSTOS OPERACIONAIS	(123.243)	(104.423)	18,0%
EBIT	(8.047)	14.327	(156,2%)
Depreciação e amortização	12.395	10.443	18,7%
EBITDA	4.348	24.770	(82,4%)
Reversões / (Provisões) de Contingências	15.732	4.024	291,0%
Reembolso de seguros	2.299	3.837	(40,1%)
Provisão manutenção	41.489	29.334	41,4%
Não recorrentes	4.020	-	n.a.
EBITDA AJUSTADO	67.888	61.966	9,6%
Margem EBITDA Ajustada	62,4%	62,5%	(0,1) p.p.

1S26	1S25	Δ %
227.944	235.507	(3,2%)
(19.792)	(43.916)	(54,9%)
208.152	191.591	8,6%
(79.522)	(80.901)	(1,7%)
(117.458)	(87.367)	34,4%
(19.733)	(43.723)	(54,9%)
(216.713)	(211.991)	2,2%
11.231	23.516	(52,2%)
28.106	20.794	35,2%
39.337	44.310	(11,2%)
12.909	4.252	203,6%
3.266	7.745	(57,8%)
71.492	62.321	14,7%
4.951	-	n.a.
131.955	118.628	11,2%
63,4%	61,9%	1,5 p.p.

O EBITDA ajustado totalizou R\$ 67,9 milhões no 2T26, crescimento de 9,6% em relação aos R\$ 62 milhões registrados no 2T25. A margem EBITDA ajustada permaneceu praticamente estável, em 62,4%, ante 62,5% no período comparativo. A evolução refletiu o crescimento de 9,7% da receita líquida ex-construção, enquanto os custos inerentes à operação aumentaram 5,0%, apesar da retomada da contratação de prestadores de serviços.

O EBITDA reportado totalizou R\$ 4,3 milhões no 2T26, ante R\$ 24,8 milhões no 2T25. A redução decorreu principalmente do maior reconhecimento de provisões para manutenção, que passaram de R\$ 29,3 milhões para R\$ 41,5 milhões, e de contingências, que aumentaram de R\$ 4,0 milhões para R\$ 15,7 milhões, além do reconhecimento de R\$ 4,0 milhões em despesas classificadas como não recorrentes. As provisões de manutenção e contingências possuem componentes de natureza contábil cujo reconhecimento no período não corresponde integralmente a desembolsos de caixa no trimestre.

No 1S26, o EBITDA ajustado alcançou R\$ 132 milhões, crescimento de 11,2% em relação aos R\$ 118,6 milhões registrados no 1S25. A margem avançou 1,5 p.p., de 61,9% para 63,4%, refletindo o crescimento de 8,6% da receita líquida ex-construção e a redução de 1,7% dos custos inerentes à operação.

Comentário do Desempenho



Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ '000)	2T26	2T25	Δ %	1S26	1S25	Δ %
Juros e variações monetárias sobre debêntures	-	-	n.a.	-	(81.326)	(100,0%)
AVP sobre provisão de Manutenção	(4.017)	(2.155)	86,4%	(5.015)	(3.657)	37,2%
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(2)	(6)	(66,7%)	(3)	(19)	(84,2%)
Outras Despesas Financeiras	(1.868)	(4.343)	(57,0%)	(3.780)	(15.898)	(76,2%)
DESPESAS FINANCEIRAS	(5.887)	(6.504)	(9,5%)	(8.798)	(100.900)	(91,3%)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	10.155	9.327	8,9%	19.033	16.848	13,0%
Variação do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	26.800	186	n.a.	27.722	693	n.a.
Atualização de impostos a recuperar	-	98	(100,0%)	-	191	(100,0%)
Ajuste a valor justo sobre instrumentos financeiros	-	-	n.a.	-	1.209.174	(100,0%)
Outras Receitas Financeiras	1.916	886	116,3%	3.894	2.359	65,1%
RECEITAS FINANCEIRAS	38.871	10.497	270,3%	50.649	1.229.265	(95,9%)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	32.984	3.993	726,0%	41.851	1.128.365	(96,3%)

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 33,0 milhões no 2T26, ante R\$ 4,0 milhões no 2T25. A variação decorreu principalmente do reconhecimento de R\$ 26,8 milhões de receita relacionada à atualização do ajuste a valor presente das provisões para investimentos e manutenção, ante R\$ 0,2 milhão no período comparativo. Esse efeito é de natureza contábil e não representa entrada de caixa no trimestre. Os rendimentos de aplicações financeiras totalizaram R\$ 10,2 milhões, crescimento de 8,9%.

No contexto da implementação do Plano de Recuperação Judicial em 2025, o instrumento financeiro foi remensurado a valor justo, resultando no reconhecimento, no resultado daquele exercício, de ajuste no montante de R\$ 1.209,2 milhões. Por se tratar de efeito contábil extraordinário, a comparação entre os resultados líquidos dos semestres é limitada.

As despesas financeiras recuaram 91,3% no 1S26, refletindo principalmente os efeitos da implementação da reestruturação prevista no Plano de Recuperação Judicial, que resultou na baixa das debêntures financeiras anteriormente existentes e na eliminação dos respectivos encargos financeiros.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possuía R\$ 23,6 milhões em caixa e equivalentes de caixa e R\$ 286,5 milhões em aplicações financeiras. Não havia empréstimos, financiamentos ou debêntures classificados como dívida financeira no balanço. Os passivos de arrendamento totalizavam R\$ 45,2 milhões.

Comentário do Desempenho



Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais - R\$)	2T26	4T25
ATIVOS		
CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	23.627	16.587
Aplicações Financeiras	286.539	219.582
Contas a receber	37.105	37.462
Despesas antecipadas	5.096	2.561
Impostos a recuperar	7.166	4.328
Outros ativos	19.402	7.835
Total dos ativos circulantes	378.935	288.355
NÃO CIRCULANTES		
Depósitos Judiciais	50.743	61.175
Outros ativos	4.422	4.231
Total do realizável a longo prazo	55.165	65.406
Direito de Uso	43.799	48.144
Intangível	998.756	995.402
Imobilizado	35.497	29.033
Total dos ativos não circulantes	1.133.217	1.137.985
TOTAL DOS ATIVOS	1.512.152	1.426.340
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTES		
Passivo de Arrendamento	7.187	6.813
Fornecedores	42.736	30.902
Obrigações tributárias	10.899	4.973
Credor pela concessão	568	575
Provisões	80.922	37.485
Obrigações sociais e trabalhistas	4.875	4.943
Outros passivos	1.680	2.990
Total dos passivos circulantes	148.867	88.681
NÃO CIRCULANTES		
Arrendamento	38.006	41.696
Provisões	539.724	537.398
Total dos passivos não circulantes	577.730	579.094
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	1.921.729	1.921.729
Reserva de capital	332.058	332.058
Lucros (Prejuízos) acumulados	(1.468.232)	(1.495.222)
Total do patrimônio líquido	785.555	758.565
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.512.152	1.426.340

Comentário do Desempenho



Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$'000)	2T26	2T25	1S26	1S25
VISÃO GERENCIAL				
Receita de Pedágio	112.300	104.664	217.508	201.586
Receitas acessórias	6.480	3.864	10.082	8.246
Impostos Sobre Receita	(9.939)	(9.357)	(19.438)	(18.241)
Receita de Construção	6.355	19.579	19.792	43.916
RECEITA LIQUIDA	115.196	118.750	227.944	235.507
RECEITA LIQUIDA (ex. Construção)	108.841	99.171	208.152	191.591
Custos Inerentes À Operação	(43.252)	(41.183)	(79.522)	(80.901)
Reversões / (Provisões) de Contingências	(15.732)	(4.024)	(12.909)	(4.252)
Depreciação e Amortização	(12.395)	(10.443)	(28.106)	(20.794)
Despesas Relacionadas A Ampliações E Manutenção	(47.844)	(48.773)	(91.225)	(106.044)
Não Recorrentes	(4.020)	-	(4.951)	-
CUSTOS E DESPESAS	(123.243)	(104.423)	(216.713)	(211.991)
Exclusão dos custos de construção	6.355	19.439	19.733	43.723
CUSTOS E DESPESAS (ex. Construção)	(116.888)	(84.984)	(196.980)	(168.268)
EBIT	(8.047)	14.327	11.231	23.516
RESULTADO FINANCEIRO	32.984	3.993	41.851	1.128.365
LUCRO ANTES DO IR e CSLL	24.937	18.320	53.082	1.151.881
IR e CSLL Correntes	(11.809)	(4.393)	(26.092)	(4.393)
IR e CSLL Diferidos	-	-	-	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(11.809)	(4.393)	(26.092)	(4.393)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	13.128	13.927	26.990	1.147.488

Comentário do Desempenho



Fluxo de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Em milhares de reais - R\$)	1S26	1S25
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	26.990	1.147.488
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	28.106	20.794
Rendimentos de aplicações financeiras	(15.303)	(3.505)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	176	–
Juros e variações monetárias sobre debêntures	–	81.326
Juros e variações sobre arrendamentos	2.532	–
Provisões para demandas judiciais	12.271	4.251
Provisões para manutenção em rodovias	71.492	62.321
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	(23.035)	2.669
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	–	(1.209.174)
Variação monetária sobre provisão para investimentos	328	294
Variação nas contas de ativo:		
Contas a receber	356	139
Despesas antecipadas	(2.535)	7.499
Tributos a recuperar	(2.838)	(4.881)
Depósitos Judiciais	10.432	(1.918)
Outros ativos	(11.758)	(12.260)
Variação nas contas de passivo:		
Fornecedores e prestadores de serviços	11.834	(6.133)
Credor pela concessão - ônus variável	(6)	8
Obrigações tributárias	26.090	4.358
Obrigações trabalhistas	(68)	193
Provisão para manutenção - realização	(15.198)	(65)
Pagamento de contingências	(96)	–
IR e CSLL pagos no período	(20.168)	–
Outros passivos	(1.304)	(2.228)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	98.298	91.176
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Resgate e aportes em aplicações financeiras	(51.654)	71.525
Custo de emissão de ações	–	(49.405)
Investimentos no ativo imobilizado	(9.422)	(24)
Investimentos no ativo intangível	(24.334)	(44.389)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(85.410)	(22.293)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Arrendamento - pagamentos de principal e juros	(5.848)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(5.848)	-
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.040	68.883
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	16.587	192.687
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	23.627	261.570

Comentário do Desempenho



Relacionamento com o Auditor

No período findo em 30 de junho de 2026, a Concessionária não contratou a BDO RCS Auditores Independentes para a prestação de serviços não relacionados à auditoria ou à revisão das informações contábeis intermediárias.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços de seus auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam sua independência, de modo que o auditor não: (a) audite o próprio trabalho; (b) exerça funções gerenciais na Companhia; ou (c) promova os interesses da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("CRT", "Concessionária" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia Comendador Mário Dedini (SP 308), KM 108 + 657 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP ("ARTESP" ou "Poder Concedente"). A Companhia possui registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B desde 06 de setembro de 2011.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 30 de junho de 2026, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 3.092 milhões (R\$ 3.630 milhões a valor nominal) e em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 3.147 milhões (R\$ 3.685 milhões a valor nominal), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPCA ocorrida até 31 de maio de 2026.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia incorreu em lucro de R\$ 26.990 (Em 30 de junho de 2025 - prejuízo de R\$ 61.686, antes do registro dos efeitos decorrentes da recuperação judicial no montante de R\$ 1.209.174, que ocasionou o resultado positivo em R\$ 1.147.488), um capital circulante líquido positivo de R\$ 230.068 (2025 R\$ 199.674) e patrimônio líquido de R\$ 785.555 (2025 R\$ 758.565) com R\$ 1.921.729 de capital subscrito pelos acionistas.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1. Recuperação judicial

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Na avaliação da Companhia, a Recuperação Judicial foi a forma mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

Em 30 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu a decisão de homologação do Plano de Recuperação aprovado na Assembleia Geral de Credores (“Plano”), tendo essa decisão sido publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 06 de outubro de 2021. Diversos prazos previstos no Plano são contados da data de homologação do Plano (“Data de Homologação” - 06.10.2021) ou da aprovação das operações previstas no Plano pela ARTESP (“Aprovação ARTESP” - 22.11.2024).

O Plano apresentado pela Companhia e aprovado em Assembleia Geral de Credores incluiu os principais pontos para a reestruturação financeira:

- Créditos quirografários detidos por Debenturista: cada Debenturista teve a oportunidade de escolher entre duas opções de pagamento, sendo que a “Opção A” consistia na substituição das debêntures RDVT11 por “Debêntures de Resultado” e a “Opção B” consistiu na substituição das debêntures RDVT11 por cotas do Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, gerido pela gestora Geribá (“Fundo de Investimento”).
- Credores Trabalhistas: pagamentos em 12 parcelas mensais de igual valor respeitando o limite total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- Créditos quirografários detidos por não Debenturistas: pagamento, até o limite de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), por credor, em 12 (doze) parcelas mensais; (i) caso haja saldo não superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o saldo será pago na proporção de 50% em 12 parcelas mensais a contar do final do pagamento do valor inicial; e (ii) caso os créditos sejam superiores a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o valor que superar o limite de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) será pago em 2 (duas) tranches, sendo que a primeira será de 40% (quarenta por cento) do valor devido remanescente pago em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais, sendo que a primeira parcela será devida no último Dia Útil do 60º (sexagésimo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano ou da Aprovação ARTESP e a segunda será de 60% do valor devido remanescente em uma parcela única, no último dia útil após 210 (duzentos e dez) meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano ou da Aprovação ARTESP, o que acontecer por último, estando tal pagamento sujeito ao Bônus de Adimplência previsto no Plano (Cláusula 3.4.2.2.2.).
- Alienação de 100% (cem por cento) das ações ordinárias da Companhia e seus respectivos mútuos pelos acionistas anteriores (AB Concessões e Linéas BV) para o Fundo de Investimento, na forma do acordo de compra e venda das ações e respectivos mútuos (“SPA”) anexo ao Plano.
- Créditos detidos pela ARTESP: serão pagos até o limite de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas a partir do 60º (sexagésimo) mês da Aprovação ARTESP. O saldo superior a R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) será pago na proporção de 40% (quarenta por cento) em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas contados do último dia útil do 60º (sexagésimo) mês e 60% (sessenta por cento) em parcela única após 210 (duzentos e dez) meses contados da Aprovação ARTESP ou da liquidação do crédito, o que ocorrer por último, com bônus de adimplência.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Créditos ME/EPP: serão pagos integralmente em uma única parcela.

O Plano de Recuperação aprovado e homologado no processo da Recuperação Judicial previu que o início da sua implementação somente poderia ocorrer após a Aprovação ARTESP, sendo que foi previsto inicialmente o prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias da Data de Homologação para sua ocorrência. Este prazo foi sucessivamente estendido.

Em 12 de novembro de 2024, antes da prolação da Aprovação ARTESP, foi emitida uma decisão do Juízo da 1ª Vara da Comarca de Salto autorizando o início dos pagamentos dos créditos às classes I, II (exceto debenturistas) e IV. Em 16 de dezembro de 2024 foi feita a primeira tranche de pagamentos relativos a estes créditos.

Em 22 de novembro de 2024 a Aprovação ARTESP foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, permitindo que, a partir desse momento, a Companhia pudesse iniciar o processo de implementação de todos os atos remanescentes relacionados ao Plano, notadamente os referentes aos debenturistas.

Na data de 28 de janeiro de 2026 foi decretado na forma do artigo 63, caput, da Lei nº 11.101/05, o encerramento da Recuperação Judicial da Companhia no âmbito do Processo nº 1005820-93.2019.8.26.0526, em trâmite na 1ª Vara da Comarca de Salto, Estado de São Paulo. Na data de 05 de fevereiro de 2026 a Companhia apresentou Embargos de Declaração, visando alguns esclarecimentos necessários, no qual foi prolatada decisão da data de 25 de março de 2026. Diante do cenário atual — caracterizado (i) pela efetiva transferência do controle acionário da Concessionária, (ii) pela tramitação de processo administrativo voltado à solução dos passivos regulatórios e (iii) pelo encerramento do processo de recuperação judicial —, verifica-se uma clara convergência institucional no sentido da preservação e reestruturação da concessão, em detrimento da adoção de medidas sancionatórias extremas.

Em 30 de abril de 2026, foi expedida certidão de trânsito em julgado da sentença de encerramento do processo de recuperação judicial da Companhia. No entanto, apesar da certidão emitida nos autos, considerando o prazo em dobro ao qual a ARTESP faz jus, o trânsito em julgado ocorreu efetivamente apenas em 15 de maio de 2026.

Em 1º de março de 2021 foi emitido Fato Relevante pela Companhia pelo qual informou que tomou conhecimento da decisão do Conselho Diretor da ARTESP de (i) instaurar processo administrativo de verificação de inadimplência da Concessionária Rodovias do Tietê S.A, nos termos da Cláusula 38.3 do Contrato de Concessão 004/Artesp/2009 e do artigo 38, §2º, da Lei Federal 8.987/95, devido à não regularização de descumprimentos contratuais relativos ao cronograma físico-financeiro; e (ii) instaurar processo administrativo de apuração preliminar de inadimplência da Companhia, nos termos das Cláusulas 31.7 e 38.2 do Contrato de Concessão 004/Artesp/2009 e do artigo 38, §3º, da Lei Federal 8.987/95. Na sequência, e de forma tempestiva, a Companhia apresentou seus argumentos de defesa. No entanto, o referido processo vem sendo sucessivamente suspenso desde 2021 por deliberações da ARTESP, sendo que a última suspensão formal foi determinada pela Deliberação ARTESP nº 330, de 17 de julho de 2025, pelo prazo de 180 dias corridos. Encerrado esse prazo, até a data de autorização destas informações contábeis intermediárias, não houve nova manifestação formal da ARTESP acerca do prosseguimento do processo ou da adoção de eventuais medidas dele decorrentes. Há outro processo administrativo em curso com o Poder Concedente acerca dos passivos regulatórios e do cronograma físico-financeiro da concessão, sendo o tema acompanhado pela Companhia no curso dessas discussões.

A Administração concluiu, com base na opinião dos assessores jurídicos internos, que, no estágio atual da Recuperação Judicial, incluindo o contexto da autorização de controle da transferência acionária obtida da ARTESP e a implementação das operações previstas no Plano, exceto pela possibilidade, mesmo que remota, da adoção de medidas sancionatórias extremas, não há incerteza significativa quanto à capacidade da Companhia de continuar em funcionamento no futuro previsível, portanto, as informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas no regime de continuidade.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das informações contábeis intermediárias**2.1 Declaração de conformidade**

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 30 de junho de 2026 foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Consequentemente as presentes informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão consideradas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As informações contábeis intermediárias da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração do valor adicionado (DVA) em suas demonstrações contábeis, enquanto para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar.

A apresentação das informações contábeis intermediárias foi aprovada e autorizada pela Diretoria da Companhia em 14 de agosto de 2026.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de junho de 2026.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Disponibilidades	140	140
Aplicação financeira (i)	<u>23.487</u>	<u>16.447</u>
	<u>23.627</u>	<u>16.587</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), remuneradas a 98% do CDI em 2026 e 2025.

5. Aplicações financeiras

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Fundos de investimentos	286.539	219.582
	<u>286.539</u>	<u>219.582</u>

As aplicações em fundos de investimento eram compostas predominantemente por instrumentos de renda fixa, aplicações em outras instituições financeiras e cotas de fundos de direitos creditórios, destinados ao financiamento de antecipação de recebíveis de terceiros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía posições no Dromos FIM e Precision FIF. No contexto do processo de revisão contínua da estratégia de investimentos da Companhia, as aplicações nesses fundos foram posteriormente resgatadas e os respectivos recursos direcionados ao Senna FIF. Em 30 de junho de 2026, tais aplicações apresentavam remuneração média equivalente a 106% do CDI.

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio, cartões de pedágio e de receitas acessórias. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Os valores a receber vencem em até 45 dias.

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Pedágio eletrônico a receber	31.612	28.844
Cartões de pedágio a receber	1.184	1.005
Receitas acessórias (i)	4.050	7.222
Valores em trânsito	475	603
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(216)	(212)
	<u>37.105</u>	<u>37.462</u>

- (i) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área de fibra óptica, uso de faixa de domínio, e outros serviços previstos no contrato de concessão.

7. Impostos a recuperar

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	3.582	661
Saldo Negativo IR e CSL	3.568	-
Antecipação de IR e CSL	-	3.651
Outros impostos a recuperar	16	16
	<u>7.166</u>	<u>4.328</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social**8.1. Imposto de renda e contribuição social diferido**

	30/06/2026	31/12/2025
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	498.298	510.115
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	104.200	102.000
Provisão para participação nos lucros	-	829
Outras provisões	4.804	2.064
Provisão para manutenção de rodovias	103.248	204.030
Provisão para investimentos em rodovias	5.121	3.557
AVP Outorga	39	1.190
CPC 47 - Ajustes de Receita Bruta	(693)	(693)
Redução do ativo fiscal diferido pela ausência de expectativa de provável lucro tributário futuro, após deduzido o saldo passivo	(284.075)	(391.378)
	430.942	431.714
Passivo:		
Tributos diferidos:		
Amortização - curva de tráfego (i)	(19.823)	(20.595)
Ajuste a valor justo - Instrumentos financeiros	(411.119)	(411.119)
	(430.942)	(431.714)
Líquido	-	-

- (i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Lei nº 12.973/14

A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2026, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 498.298 (2025 - R\$ 510.115). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

A expectativa da administração é no sentido de que, com o recente encerramento da Recuperação Judicial e repactuação do passivo financeiro da Companhia, será revertida a situação quanto aos resultados negativos da Companhia verificados em períodos passados, de modo que poderá ser alcançado resultado positivo em períodos futuros, permitindo-se a compensação futura do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social.

A administração da Companhia ressalva, contudo, que a baixa contábil de tal ativo não prejudica o seu direito de utilizar o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL para compensar parte de lucros tributáveis futuros, se e quando apurados, nos termos e condições estabelecidos pela legislação e regulamentação tributárias aplicáveis.

8.2. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	53.082	1.151.881
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(18.048)	(391.640)
Redução do ativo fiscal pela ausência de expectativa de provável lucro tributável futuro, após deduzido o saldo passivo	-	385.451
Adições/Exclusões permanentes	(67)	(93)
Outras diferenças temporárias	(19.164)	-
Compensação prejuízo Fiscal	11.187	1.889
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(26.092)	(4.393)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(26.092)	(4.393)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-
Alíquota efetiva	49,2%	0,38%

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 30 de junho de 2026							
Saldo inicial	186	11.566	926	11.267	376	4.711	29.032
Aquisições	-	2.750	-	2.902	-	3.770	9.422
Baixas	-	-	-	(801)	-	-	(801)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(33)	(737)	(155)	(1.766)	-	(266)	(2.957)
Baixa de Depreciação	-	-	-	801	-	-	801
Saldo contábil, líquido	153	13.579	771	12.403	376	8.215	35.497
Em 30 de junho de 2026							
Custo	1.432	17.619	6.800	18.771	376	12.919	57.917
Depreciação acumulada	(1.279)	(4.040)	(6.029)	(6.368)	-	(4.704)	(22.420)
Saldo contábil, líquido	153	13.579	771	12.403	376	8.215	35.497
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5		25	
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 30 de junho de 2025							
Saldo inicial	261	703	560	3.101	377	3.870	8.872
Aquisições	-	-	24	-	-	-	24
Baixas	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Depreciação	(39)	(64)	(103)	(465)	-	(169)	(840)
Baixa de Depreciação	2	-	-	-	-	-	2
Saldo contábil, líquido	222	639	481	2.636	377	3.701	8.056
Em 30 de junho de 2025							
Custo	1.432	3.316	6.194	6.563	377	7.949	25.831
Depreciação acumulada	(1.210)	(2.677)	(5.713)	(3.927)	-	(4.248)	(17.775)
Saldo contábil, líquido	222	639	481	2.636	377	3.701	8.056
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5		25	

Em 30 de junho de 2026, existem ativos imobilizados totalmente depreciados ainda em uso, como sistema de ar-condicionado e sistema de telefonia de sede, veículos, dentre outros, no montante total de custo de R\$ 10.045 (2025 - R\$ 10.803).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

	Direito de outorga da concessão (i)	Obras e serviços (ii)	Equipamentos (iii)	Obras em andamento (iv)	Software (v)	Total
Em 30 de junho de 2026						
Saldo inicial	186.469	482.536	30.635	292.877	2.885	995.402
Aquisições (vii)	-	10.617	6.523	6.289	905	24.334
Transferência	-	-	-	-	-	-
Alienação	-	-	(176)	-	-	(176)
Reversão de baixa por <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	-
Amortização (vi)	(5.501)	(14.279)	(328)	-	(696)	(20.804)
Baixa de Amortização	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	180.968	478.874	36.654	299.166	3.094	998.756
Em 30 de junho de 2026						
Custo	542.244	1.201.135	87.784	299.166	21.258	2.151.587
Amortização acumulada	(206.024)	(340.091)	(32.438)	-	(18.164)	(596.717)
<i>Impairment</i>	(155.252)	(382.170)	(18.692)	-	-	(556.114)
Saldo contábil, líquido	180.968	478.874	36.654	299.166	3.094	998.756
Em 30 de junho de 2025						
Saldo inicial	193.164	406.266	22.830	290.921	3.526	916.707
Aquisições (vii)	-	39.768	262	4.262	805	45.097
Transferência	-	-	114	(114)	-	-
Alienação	-	-	-	-	-	-
Reversão de baixa por <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	-
Amortização (vi)	(5.973)	(12.662)	(484)	-	(835)	(19.954)
Baixa de Amortização	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	187.191	433.372	22.722	295.069	3.496	941.850
Em 30 de junho de 2025						
Custo	542.244	1.141.059	72.826	295.069	20.206	2.071.404
Amortização acumulada	(194.322)	(312.034)	(30.753)	-	(16.710)	(553.819)
<i>Impairment</i>	(160.731)	(395.653)	(19.351)	-	-	(575.735)
Saldo contábil, líquido	187.191	433.372	22.722	295.069	3.496	941.850

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iii) Referem-se aos investimentos programados em implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, e outros equipamentos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iv) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (v) Referem-se aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados linearmente com a taxa de 20% ao ano.
- (vi) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, estimada com base no crescimento do PIB, da população regional e no histórico da Companhia, para a qual foi considerada a taxa média ponderada de 6,58% em 30 de junho de 2026 (2025 - 6,27%), exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil de 5 anos.

11. Direito de uso e arrendamentoDireito de uso

A Companhia é arrendatária em contratos de veículos destinados a uso na operação, especialmente nas atividades de construção, sendo que a amortização é calculada de forma linear ao contrato, que possuem vencimento previsto para 2035.

A taxa de desconto média utilizada no respectivo período foi de 11,29% em 30 de junho de 2026.

(a) Composição

Descrição	30/06/2026		
	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
Veículos	48.144	(4.345)	43.799
	48.144	(4.345)	43.799

Descrição	31/12/2025		
	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
Veículos	48.144	-	48.144
	48.144	-	48.144

(b) Movimentação

Custo	31/12/2025		30/06/2026	
	Saldo	Adições	Amortização	Saldo
Veículos	48.144	-	(4.345)	43.799
	48.144	-	(4.345)	43.799

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo de arrendamento(a) Composição

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Principal	61.449	67.297
(-) Juros apropriar	(16.256)	(18.788)
	45.193	48.509
Circulante	7.187	6.813
Não Circulante	38.006	41.696
	45.193	48.509

Cronograma de desembolso (não circulante):

Ano do vencimento	Valor
2027	3.633
2028	6.778
2029	7.543
2030	7.694
2031	4.593
2032	3.669
2033	3.425
2034	333
2035	338
	38.006

(b) Movimentação

Descrição	31/12/2025	Adições de novos contratos	(-) Pagamentos de principal e juros	(+) Juros incorridos	30/06/2026
Aluguel de ativos	48.509	-	(5.848)	2.532	45.193
	48.509	-	(5.848)	2.532	45.193

Descrição	31/12/2024	Adições de novos contratos	(-) Pagamentos de principal e juros	(+) Juros incorridos	31/12/2025
Aluguel de ativos	-	48.509	-	-	48.509
	-	48.509	-	-	48.509

O saldo refere-se ao reconhecimento de passivo de arrendamento, conforme IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, em que a Companhia reconhece o uso do ativo e um passivo correspondente na data na qual o ativo arrendado se torna disponível para a Companhia. Cada pagamento efetuado é baixado do passivo circulante e o custo financeiro alocado no resultado em despesas financeiras, sendo utilizada uma taxa constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

12. Fornecedores e prestadores de serviços

No período findo em 30 de junho de 2026 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o total de fornecedores foi como segue:

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	12.214	18.687
Fornecedores partes relacionadas (Nota 13)	19.892	-
Cauções e retenções contratuais (i)	10.630	12.215
	42.736	30.902

(i) Referem-se a parcelas de 5% sobre o valor pago aos fornecedores de materiais e serviços que fica retida com a Companhia e que será paga ao término da obra a fim de garantir a correta execução do serviço contratado.

13. Partes relacionadas

	30/06/2026	31/12/2025
Outros ativos - Adiantamento a fornecedores		
Soluciona Conservação (i)	5.583	-
	5.583	-

	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores (Nota 12)		
Via Appia Concessões S.A. (ii)	19.892	-
	19.892	-

(i) A Soluciona Conservação integra o grupo econômico da Via Appia Concessões S.A. O montante refere-se a adiantamentos vinculados ao contrato de prestação de serviços de conservação de rotina da faixa de domínio, celebrado no contexto do Acordo Operacional existente entre a Companhia e a Via Appia Concessões S.A.;

(ii) Contrato de gestão administrativa, decorrente de acordo operacional firmado entre as Companhias.

a) Remuneração da Administração

Nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração fixa	-	498
	-	498

Em 2026, o valor da remuneração da Administração está contemplado no acordo operacional realizado junto à Via Appia Concessões S.A.

b) Mútuos - Histórico e integralização ao capital

No contexto da cisão parcial da AB Concessões S.A. realizada em 27 de maio de 2024, e do cumprimento do acordo de acionistas da Companhia, entre a AB Concessões e a Lineas International Holding BV, foi concluída, em 05 de setembro de 2024, a averbação da transferência, nos livros da Companhia, da participação direta de 50% do capital social da Companhia anteriormente detida pela AB Concessões S.A., à Via Appia Concessões S.A., incluindo respectivo mútuo. Desta forma, a AB Concessões S.A. foi sucedida por Via Appia Concessões S.A. no respectivo mútuo.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos possuíam vencimento indeterminado e faziam parte do objeto do SPA assinado em 09 de agosto de 2021, através do qual, assim que obtido o seu fechamento, os mútuos seriam transferidos para o Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. Os mútuos foram remunerados até 31 de maio de 2024, com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de 0,5% ao mês.

Em 10 de outubro de 2024, foi celebrado um termo de acordo entre os acionistas e Companhia, com a interveniência e anuência do Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, para a suspensão da incidência de juros a partir de 01 de junho de 2024 (inclusive), de forma que o saldo devedor dos mútuos acumularia os juros apenas até o dia 31 de maio de 2024. Em resultado desse acordo, a Companhia reverteu o valor de R\$ 2.763 de atualização registrado no mês de junho e a não incidência a partir dessa data.

Em 28 de março de 2025, foi celebrada a Assembleia Geral Extraordinária, na qual o acionista controlador, Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Fundo"), aprovou o aumento de capital social, mediante a integralização dos créditos detidos pelo Fundo em face da Companhia, sendo um deles o mútuo. O valor do mútuo, no montante de R\$ 235.170, somado ao valor de R\$ 1.382.981 das debêntures transformadas em cotas do FIP, conforme Plano de Recuperação Judicial, totalizou o aumento de capital social de R\$ 1.618.151 (Nota 16).

14. Provisões

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão para demandas judiciais cíveis	24.223	19.220
Provisão para demandas judiciais trabalhistas	955	1.338
Provisão para processos administrativos	281.295	273.641
Provisão para demandas judiciais tributárias	-	97
Provisão para investimentos em rodovias	10.504	10.176
Provisão para manutenção em rodovias	303.669	270.411
	620.646	574.883
Circulante	80.922	37.485
Não circulante	539.724	537.398

a) Provisão para demandas judiciais e administrativas

	31/12/2025	Adição	Reversão	30/06/2026
Provisão para demandas judiciais cíveis (i)	19.220	5.003	-	24.223
Provisão para demandas judiciais trabalhistas (ii)	1.338	-	(383)	955
Provisão para processos administrativos (iii)	273.641	7.654	-	281.295
Provisão para demandas judiciais tributárias (iv)	97	-	(97)	-
	294.296	12.657	(480)	306.473

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	Adição	Reversão	31/12/2025
Provisão para demandas judiciais cíveis (i)	15.874	4.926	(1.580)	19.220
Provisão para demandas judiciais trabalhistas (ii)	11.857	962	(11.481)	1.338
Provisão para processos administrativos (iii)	273.371	7.930	(7.660)	273.641
Provisão para demandas judiciais tributárias (iv)	11.048	386	(11.337)	97
	312.150	14.204	(32.058)	294.296

(i) As contingências cíveis referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias em que a Companhia opera, e para as quais foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.

(ii) As contingências trabalhistas referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

(iii) As provisões para processos administrativos dizem respeito às notificações instauradas pela ARTESP contra a Concessionária e para as quais foi constituída uma provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho dos processos em curso.

(iv) As provisões para processos tributários referem-se, à estimativa de perdas prováveis relacionados ao processo de discussão da constitucionalidade dos Decretos nº 8.426/2015 e 8.451/2015. Este processo teve uma evolução negativa no período.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2026, a Companhia possui o equivalente a R\$ 2.388 (2025 - R\$ 3.173) de causas trabalhistas, R\$ 62.771 (2025 - R\$ 33.489) de causas cíveis, e R\$ 71.880 (2025 - R\$ 64.950) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta os seguintes valores de depósitos judiciais:

	31/12/2025	Adição	Reversão	30/06/2026
Cíveis (i)	46.986	1.797	-	48.783
Trabalhistas (ii)	14.093	-	(12.229)	1.864
Tributário	96	-	-	96
	61.175	1.797	(12.229)	50.743

(i) Os depósitos cíveis são segregados em R\$ 20.030 (2025 - R\$ 671) relacionados a processos cíveis e R\$ 28.753 relacionados a processos com a ARTESP;

(ii) Os depósitos judiciais trabalhistas possuem o valor de R\$ 1.503 (2025 - R\$ 13.720) relacionado a discussão trabalhista na vara de Nanuque - Minas Gerais. Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal vara do trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores. O valor de R\$ 361 (2025 - R\$ 373) estão relacionados a outros processos trabalhistas.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias foi como segue:

	31/12/2025	Atualização Monetária Passiva	Atualização Monetária Ativa	30/06/2026
Provisão para Investimentos	10.176	328	-	10.504
	10.176	328	-	10.504

	31/12/2024	Atualização Monetária Passiva	Atualização Monetária Ativa	31/12/2025
Provisão para Investimentos	9.732	454	(10)	10.176
	9.732	454	(10)	10.176

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	30/06/2026	31/12/2025
2028	10.504	10.176
	10.504	10.176

c) Provisão para manutenção em rodovias

	31/12/2025	Adição	Transferência	Realização	Reversão	30/06/2026
Provisão para manutenção	311.603	71.492	-	(15.198)	-	367.898
Ajuste a valor presente (AVP)	(41.193)	(27.722)	-	-	4.687	(64.228)
	270.410	43.770	-	(15.198)	4.687	303.669
Circulante	37.485					80.922
Não circulante	232.925					222.747

	31/12/2024	Adição	Transferência	Realização	Reversão	31/12/2025
Provisão para manutenção	435.114	-	-	(35.971)	(87.540)	311.603
Ajuste a valor presente (AVP)	(38.193)	-	-	-	(3.000)	(41.193)
	396.921	-	-	(35.971)	(90.540)	270.410
Circulante	146.985					37.485
Não circulante	249.936					232.925

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção.

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias e sinalização de rodovias (ambos a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ano de execução	30/06/2026	31/12/2025
2026	21.678	37.485
2027	118.488	106.587
2028	56.319	47.910
2029	70.945	55.280
2030	36.239	23.148
	303.669	270.410

15. Debêntures**a) Descrição da operação**

Debêntures não conversíveis	Valor do principal	Data de emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Prêmio	Encargos financeiros
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

b) Movimentação das debêntures

31/12/2024	Juros no período	Custos de transação	Pagamento de juros	Baixa pela implementação da recuperação judicial - reestruturação de dívida	31/12/2025
2.891.584	82.034	-	-	(2.973.618)	-

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. As amortizações tiveram início em 14 de dezembro de 2017, mas, em 8 de novembro de 2019, foram interrompidas devido à declaração de vencimento antecipado das debêntures, ocasião em que a Companhia ingressou no processo de Recuperação Judicial, conforme destacado na Nota Explicativa 1.1.

Em 26 de março de 2025, os debenturistas detentores das debêntures da 1ª Emissão da Companhia tiveram o pagamento de suas debêntures de acordo com o previsto no Plano de Recuperação Judicial, no qual foram previstas duas formas de pagamento, conforme exposto na Nota 1.1.

Em 28 de março de 2025, o Fundo, acionista controlador, aprovou o aumento de capital social da Companhia mediante a integralização dos créditos detidos pelo FIP e o cancelamento das debêntures da 1ª emissão, uma vez que o pagamento havia ocorrido de acordo com o Plano de Recuperação Judicial. O valor de R\$ 1.382.981, somado a R\$ 235.170 referentes ao mútuo, totalizou R\$ 1.618.151, montante integralizado ao capital social da Companhia (Nota 16).

Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.891.584
Juros incorridos no período	82.034
Efeito pela remarcação da dívida pelo valor justo	(1.209.174)
Integralização de Capital Social	(1.382.981)
Conversão em Debêntures 3ª emissão (RDVT13) - Instrumento Patrimonial	(381.463)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-

O instrumento financeiro foi reconhecido no resultado pelo Valor Justo conforme requerimentos estabelecidos no IFRS 9/ CPC 48 - Instrumentos financeiros.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo foi calculado com base no método fluxo de caixa descontado, considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos e capital de giro) e fluxos de caixa futuros, cujas perspectivas de crescimento baseiam-se nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como dados de mercado. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo do contrato de concessão; e (ii) taxa de desconto: o Capital Próprio (Ke) foi realizado com base em informações atualizadas, resultando em uma taxa de 14,7% a.a. Com base nos procedimentos realizados para avaliação a valor justo deste instrumento financeiro, a Administração identificou, em 2025, ajuste a valor justo no montante de R\$ 1.209.174, reconhecido no resultado daquele exercício.

Taxa Ke	Impacto no valor justo em 2025
13,2%	1.157.530
14,2%	1.192.865
14,7%	1.209.174
15,2%	1.224.650
15,7%	1.239.341

16. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 30 de junho de 2026, o capital social está representado por 192.172.858.255 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, para o seu único acionista:

<u>Acionistas</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações</u>
Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	100,00%	192.172.858.255
		<u>192.172.858.255</u>

Em 30 de junho de 2026, o capital integralizado da Companhia é de R\$ 1.921.729. O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Reservas de Capital**Debêntures**

A Companhia, por meio do Fato Relevante divulgado no dia 27 de março de 2025, realizou a integralização das debêntures RDVT13 ao seu patrimônio líquido, uma vez que estas debêntures serão ressarcidas somente no momento em que a Companhia realizar o devido reembolso dos haveres dos acionistas na mesma proporção. O registro do valor da RDVT13 foi no montante de R\$ 381.463.

Gastos com emissão de ações

Os gastos com emissão de ações referem-se a custos incrementais atribuídos diretamente à transação de patrimônio líquido que de outra forma seriam evitados, tais como: gastos com elaboração de relatórios; remuneração de serviços profissionais de terceiros; taxas e comissões; e custos de registro. Tais gastos foram registrados líquidos dos efeitos do imposto de renda e contribuição social. Esses gastos incorridos estão associados com a conversão da 1ª Emissão de Debêntures em cotas do Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do período alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

17. Receita operacional líquida

	30/06/2026	30/06/2025
Receita com arrecadação de pedágio	217.508	201.586
Receita de serviços de construção	19.792	43.916
Receitas acessórias	10.082	8.246
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(19.438)	(18.241)
	<u>227.944</u>	<u>235.507</u>

Os impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

18. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	30/06/2026	30/06/2025
Com pessoal	(14.572)	(18.055)
Manutenção e conservação	(29.498)	(40.255)
Serviços de terceiros (i)	(27.531)	(4.754)
Ônus variável da concessão	(3.422)	(3.188)
Seguros e garantias	(3.266)	(7.745)
Custo dos serviços de construção	(19.733)	(43.723)
Provisão para demandas judiciais (ii)	(12.909)	(4.252)
Provisão para manutenção em rodovias e investimentos	(71.492)	(62.321)
Depreciação e amortização	(28.106)	(20.794)
Outras receitas e despesas	(6.184)	(6.904)
	<u>(216.713)</u>	<u>(211.991)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(179.406)	(193.465)
Despesas gerais e administrativas	(23.864)	(9.473)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(13.443)	(9.053)
	<u>(216.713)</u>	<u>(211.991)</u>

- (i) O montante de serviços de terceiros contempla R\$ 19.892 de despesas reconhecidas no período relacionadas ao Acordo Operacional celebrado entre a Companhia e a Via Appia Concessões S.A. (nota 13).
- (ii) O montante no período é composto pela movimentação da provisão de contingências (R\$12.177), pagamentos de acordos judiciais e custas dos processos (R\$732).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, mútuos, debêntures e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência.

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	-	(81.326)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	(5.015)	(3.657)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(3)	(19)
Custos e taxas sobre debêntures	-	(14.638)
Outras despesas financeiras	(3.780)	(1.260)
	<u>(8.798)</u>	<u>(100.900)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	19.033	16.848
Atualização de impostos a recuperar	-	191
Variação do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	27.722	693
Ajuste a valor justo sobre instrumentos financeiros	-	1.209.174
Outras receitas financeiras	3.894	2.359
	<u>50.649</u>	<u>1.229.265</u>
Resultado financeiro	<u>41.851</u>	<u>1.128.365</u>

20. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	30/06/2026	30/06/2025
Salários e encargos sociais	(10.962)	(12.456)
Benefícios previstos em lei	(1.988)	(1.783)
Benefícios adicionais	(1.730)	(2.321)
Plano de Participação nos Resultados (i)	108	(1.495)
	<u>(14.572)</u>	<u>(18.055)</u>

(i) O saldo positivo registrado em 2026 decorre da realização de pagamentos em valor inferior ao montante provisionado, resultando na reversão da provisão excedente no resultado do período.

21. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	30/06/2026	30/06/2025
Numerador:		
Lucro do período	<u>26.990</u>	<u>1.147.488</u>
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>192.172.858.255</u>	<u>192.172.858.255</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$	<u>0,00014</u>	<u>0,00597</u>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 30 de junho de 2026, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 14,90% ao ano, observada no fechamento de 30 de junho de 2026, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano e projeções futuras.

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
		Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Ativo financeiro	Risco			
Aplicações financeiras	Queda do CDI	46.194	34.645	23.097

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
		Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Ativo financeiro	Risco			
Aplicações financeiras	Queda do CDI	30.488	22.866	15.244

(i) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 está registrada na rubrica "Contas a receber", no balanço patrimonial.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 está registrada na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, no balanço patrimonial.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2026 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	42.736	-	42.736
Credor pela concessão	568	-	568
Outros passivos	1.680	-	1.680
Total	44.984	-	44.984

d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros estão demonstrados a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	286.539	219.582
Ativos financeiros ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	23.627	16.587
Contas a receber de clientes	37.105	37.462
Depósitos judiciais	50.743	61.175
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Contas a pagar a fornecedores	42.736	30.902
Outras contas a pagar	1.680	2.990
Obrigações com o poder concedente	568	575

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O capital social em 30 de junho de 2026 representa 80% (2025 - 18%) do investimento realizado e a realizar no ano subsequente.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	30/06/2026	31/12/2025
Debêntures	-	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(23.627)	(16.587)
(-) Aplicações financeiras	(286.539)	(219.582)
Dívida líquida	(310.166)	(236.169)
Total do patrimônio líquido	785.555	758.565

23. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil, cuja comparação entre o valor contábil e o valor justo é apresentada a seguir:

	30 de junho de 2026		31 de dezembro de 2025	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalente de caixa	23.627	23.627	16.587	16.587
Aplicações financeiras	286.539	286.539	219.582	219.582
Contas a receber de clientes	37.105	37.105	37.462	37.462
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	42.736	42.736	30.902	30.902
Outras contas a pagar	1.680	1.680	2.990	2.990
Obrigações com o poder concedente	568	568	575	575

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores aproximam-se dos respectivos valores contábeis, principalmente devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos financeiros.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Os saldos de aplicações financeiras são classificados pelo nível 1.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	233.784
	Riscos de engenharia	110.997
	Responsabilidade civil geral	59.702
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	201.327

25. Informações complementares dos fluxos de caixa

	30/06/2026	30/06/2025
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	-	708

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase - Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras que menciona que em 1º de março de 2021 foi emitido Fato Relevante pela Companhia informando que tomou conhecimento da decisão do Conselho Diretor da ARTESP de (i) instaurar processo administrativo de verificação de inadimplência da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., nos termos da Cláusula 38.3 do Contrato de Concessão 004/Artesp/2009 e do artigo 38, §2º, da Lei Federal nº 8.987/95, devido à não regularização de descumprimentos contratuais relativos ao cronograma físico-financeiro; e (ii) instaurar processo administrativo de apuração preliminar de inadimplência da Companhia, nos termos das Cláusulas 31.7 e 38.2 do Contrato de Concessão 004/Artesp/2009 e do artigo 38, §3º, da Lei Federal nº 8.987/95. Comprovada a inexecução total ou parcial do contrato poderá, a critério do poder concedente, poderá ocorrer a declaração de caducidade da concessão, assegurado o direito de ampla defesa. O referido processo vem sendo sucessivamente suspenso desde 2021 através de deliberações da ARTESP e a última ocorreu através da deliberação ARTESP nº 330, de 17 de julho de 2025 pela qual houve a suspensão do processo administrativo pelo prazo de mais 180 (cento e oitenta) dias corridos. Na data atual, não há suspensão vigente. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1.1, esses eventos indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios

definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas Demonstrações do Valor Adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de agosto de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Ricardo Vieira Rocha
Contador CRC 1 BA 026357/O-2 – S - SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária") sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de três meses findo em 30 de Junho de 2026.

Salto, 14 de agosto de 2026.

Brendon Azevedo Ramos
Diretor Presidente

Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo
Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária") sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da BDO RCS Auditores Independentes relativo às informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de três meses findo em 30 de Junho de 2026.

Salto, 14 de agosto de 2026

Brendon Azevedo Ramos
Diretor Presidente

Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo
Diretor Administrativo Financeiro